

Nova crítica ao silêncio do governo

Novamente os empresários paulistas exigem explicações do governo, à Nação, sobre a verdadeira situação de nossa economia e sobre o acordo feito com o FMI. E um deles, Nildo Masini, vice-presidente da Fiesp, pede: o fim da ditadura na economia e uma abertura econômica igual à política.

— Está na hora de sairmos desta ditadura econômica, para que tenhamos uma abertura econômica compatível com a abertura política. A opinião é de um dos vice-presidentes da Fiesp, Nildo Masini, que, a exemplo de outros empresários, continuou ontem a série de críticas que vêm sendo dirigidas, nos últimos dias, aos ministros da área econômica.

De acordo com ele, a mudança dos “gestores da economia” é a única alternativa para o governo, se ele pretende que a sociedade volte a confiar na palavra oficial, na área econômica. No entanto, do mesmo modo que outro vice-presidente da Fiesp, Cláudio Bardella, Masini afirma que o presidente Figueiredo não tem culpa por essa situação.

O ex-membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp e presidente da Trol, Dilson Funaro, por sua vez, acha que “nós precisamos discutir sobre a verdade dos fatos, coisa importante que a Nação tem de conhecer”. Em sua opinião, ficou demonstrado, na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), “que as autoridades econômicas estão novamente querendo conciliar o impossível, e continuam fazendo promessas que efetivamente não serão cumpridas”.

— Prometeram um crescimento de 1% ou 2% no PIB, por exemplo, cortando 50% dos investimentos públicos, mantendo as taxas de juros a níveis extremamente altos e tentando um superávit de 6 bilhões de dólares, no que eu não acredito. São metas impossíveis de serem conciliadas, pois essas medidas significam recessão e não crescimento — explicou Funaro.

Metas impossíveis

O diretor-superintendente do Moinho Pacífico, Lawrence Pih, praticamente ratificou as palavras de Funaro ao afirmar que os planos projetados na última reunião do CMN para o próximo ano “não são exequíveis”. Pih enfatizou que acha impossível contar uma inflação de 70% (ele crê que os empresários não trabalharão com índices inferiores a 90%) e que na conjuntura atual é “inconcebível” sonhar com um superávit de 6 bilhões de dólares, e “conseqüentemente não conseguiremos baixar de 14,5 bilhões para 6,9 bilhões o déficit da conta corrente”.

— Por tudo isso — disse o empresário — entendo que não chegaremos a uma inflação de 70% e não conseguiremos reduzir a dívida interna de 6% para 3,5% do PIB sem uma forte desativação dos investimentos estatais, não de 9% como está determinado, mas de no mínimo 20%, o que seria um desastre.

O vice-presidente da Fiesp, Nildo Masini, acha que a renegociação “de parte da dívida” deveria ter ocorrido de maneira diferente. “Há mais de dois anos, eu e outros empresários e economistas achávamos que isso deveria acontecer depois de um debate mais amplo na sociedade”.

Dilson Funaro disse que o resultado obtido nas negociações de anteontem em Nova York, “numa primeira impressão, é de que algumas comissões podem dar respostas positivas em curto prazo, mas outras demorarão mais e não virão com respostas até 31 de dezembro, como é o pedido das autoridades econômicas brasileiras”. O empresário lembrou que “se essas autoridades quiserem tentar restabelecer um mínimo de confiança e credibilidade, o que eu acho muito difícil, devem imediatamente tornar pública toda negociação realizada com o FMI”.

Para ele, a questão levantada por outros empresários nas últimas semanas de que a divulgação de algumas cláusulas do acordo poderia prejudicar o processo de negociação, não tem sentido. “A questão de esconder cláusulas é típica de um governo ditatorial, e parece que entramos numa democracia”, afirmou Funaro.

Banco do Brasil

Lawrence Pih, por sua vez, acha que o Brasil está “pedindo muita coisa lá fora”. Para ele, na verdade, o Banco do Brasil já está rolando a dívida externa “e a credibilidade dos nossos bancos particulares está muito abalada. Por enquanto, quem segura tudo é o BB, que equilibra as posições diárias dos bancos brasileiros no Exterior”.

Pih reconheceu que os bancos



particulares têm bons motivos para pedirem socorro ao BB, “porque foi o governo brasileiro quem pediu a eles que tomassem recursos Externos, “para o financiamento das nossas importações”. Segundo o diretor-superintendente do Moinho Pacífico, os bancos brasileiros no ex-

terior, estão com empréstimos de prazo mais longo e com **short-term-funding** (empréstimos de curto prazo) e isso os leva ao BB, que é o elo de uma corrente que termina no Tesouro Nacional”.

Tanto Dilson Funaro quanto Lawrence Pih concordam que ainda não existe ambiente propício para o empresariado preparar seus planos de investimentos e metas para 1983. “O Conselho Monetário não deu nenhuma regra para 1983.

— Além disso — continuou o ex-integrante do Conselho Superior de Economia da Fiesp — o CMN estipulou que a desvalorização será de 12% a mais que a correção monetária, o que significa uma corrida aos títulos públicos que são corrigidos pela correção cambial, em detrimento dos títulos públicos que seguem a correção monetária.

Portanto, para Dilson Funaro, tudo isso deve ser reformulado “para que haja um mínimo de coerência nas coisas a fim de que o empresário possa-se informar e planejar o ano de 1983”. Ele reiterou que as medidas divulgadas pelo CMN “representam apenas algumas dicas para o próximo ano, mas existem muitas coisas a serem acertadas”.

A hora de fazer planos para 83 ainda não chegou, diz ele, “porque existem certas medidas que o governo ainda não especificou, sendo a principal delas encontrar uma maneira de baixar os juros”. Na minha opinião, não há possibilidade de o governo conseguir isso, porque a desvinculação entre as correções cambial e monetária fará com que o dinheiro externo fique mais caro, e ele é a base para os juros internos. Em segundo lugar, sendo o déficit do Tesouro financiado por ORTNs e LTNs, isso vai puxar o custo do dinheiro para cima e, em terceiro lugar, se a correção não acompanhar a inflação vai haver um saque maciço nas cadernetas de poupança”.

Pih lembrou ainda que a retirada dos subsídios de vários setores (petróleo, agricultura, etc.) “vai causar um impacto sobre a inflação, especialmente nos primeiros seis meses do ano, em níveis superiores a 100% ao ano”.

“Enganosas”

“A sociedade brasileira vai sofrer agora por tantos erros cometidos nos últimos anos por administradores sem a devida responsabilidade, que não tomaram, no tempo certo, as medidas que se faziam necessárias para enfrentar o impacto provocado pelas duas crises do petróleo”. A declaração é do presidente da Associação Comercial do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, ao comentar ontem, em Curitiba, a decisão do Brasil de renegociar parte de sua dívida externa.

— Após tantos anos de informações enganosas — disse ele — afinal vamos todos ter que ajustar ainda mais os cintos num esforço para tentar resolver tantos problemas que enfrentamos. Enquanto boa parte das outras nações procuraram tomar medidas acauteladoras, diante da crise, no Brasil insistimos em continuar no mesmo ritmo de desenvolvimento, fora da realidade, com gastos desmedidos para o País pobre que somos.

Carlos Alberto Pereira de Oliveira criticou o governo por ter-se recusado sempre a ouvir os empresários nacionais ou qualquer outro segmento da sociedade brasileira sobre a situação econômica do País. Para ele, a crise atual “é o resultado dessa maneira discriminatória de agir”, acrescentando que “só nos resta agora assumir um ônus para o qual não contribuímos”.

Já o presidente da Associação Comercial de Minas, Francisco Guilherme Gonçalves, considerou o pedido de renegociação “uma conseqüência da capacidade de pagamento da economia brasileira, que sofreu uma retração enorme com a queda de preços das matérias-primas exportadas e estrangulamento nas operações financeiras a curto prazo”.